PATRIMÔNIO CULTURAL

Varginha: nossa história, nosso presente

Fundação Cultural do Município de Varginha

PATRIMÔNIO CULTURAL

Varginha: nossa história, nosso presente

1ª edição

Varginha - MG

2023

FICHA TÉCNICA

Vérdi Lúcio Melo: Prefeito Municipal

Leonardo Vinhas Ciacci: Vice-Prefeito

Marco Aurélio da Costa Benfica: Diretor-Superintendente da Fundação Cultural de Varginha

José Manoel Magalhães Ferreira: Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Municipal Cultural de Varginha

Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural:
Cláudio Henrique Martins
Danielle de Souza Guimarães
Eliana Cristina Costa

Estagiária:

Núbia Paiva e Souza

Pesquisas e textos:
Danielle de Souza Guimarães | Cláudio Henrique Martins | Eliana Cristina Costa

Projeto gráfico e diagramação: Danielle de Souza Guimarães

Revisão: Ana Luiza Romanielo

Fotografias: Acervo Centro de Documentação e Memória de Varginha | Fundação Cultural de Varginha

Impressão: Fundação Cultural de Varginha – MG | Agosto, 2023

Promoção: Prefeitura Municipal de Varginha | Fundação Cultural do Município de Varginha | Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha

1. Patrimônio Cultural - 2. Educação Patrimonial - 3. Preservação - 4. Memória

SUMÁRIO

Apresentação 4
Identidade e memória 5
Origens históricas de Varginha 6
Outros fatos históricos importantes 7
Conceitos importantes 9
Os órgãos de preservação do patrimônio 12
Instrumentos de proteção 16
Mapa de bens culturais protegidos em Varginha 18
Bens protegidos em Varginha 20
Referências bibliográficas 79

APRESENTAÇÃO

A cultura de um povo é algo vivo, marcado pelas relações sociais e em constante mutação. Manifesta-se sob diferentes aspectos, simbólicos e materiais e revela a essência de uma sociedade: suas características, contradições e valores. Faz-se no dia a dia. Consolida-se e transforma-se ao longo do tempo e das gerações. A preservação e conservação de paisagens, edificações, costumes e culturas que fizeram e fazem parte de uma sociedade resguardam sua história e sua memória. A herança que fica constitui seu patrimônio cultural.

Parte importante de sua identidade, o patrimônio cultural permite compreender a história e a dinâmica de uma sociedade. Conhecê-lo é, portanto, instrumento fundamental para a ação dos diversos grupos sociais, bem como para o planejamento urbano e a elaboração de políticas públicas. Para isso, é preciso promovê-lo e preservá-lo.

No Brasil, por muito tempo, predominou uma visão histórica limitada a respeito do patrimônio cultural. Restringindo-se à historiografia oficial, ela considerava patrimônio apenas os bens de origem aristocrática, religiosa ou estatal. Seu reconhecimento baseava-se em critérios como antiguidade, monumentalidade ou excepcionalidade. Assim, dava-se ênfase aos bens materiais, sobretudo aos arquitetônicos, característicos de um modo de vida das elites.

Somente em 1988, com a Constituição Federal, foi que a preservação e valorização ao chamado "Patrimônio Cultural Brasileiro" ampliou-se para as diversas manifestações, celebrações, músicas, comidas, modos de fazer, danças dentre outras formas que fazem parte da Cultura Brasileira.

Por outro lado, a atuação dos órgãos de preservação, cada vez mais, interfere na dinâmica urbana e na vida do cidadão. Surge, assim, a necessidade de estabelecermos um diálogo franco e aberto com a população, nosso aliado mais importante tanto no reconhecimento quanto na preservação dos bens culturais.

Esta cartilha foi produzida pela Prefeitura Municipal de Varginha, por meio da Fundação Cultural do Município de Varginha. Elaborada pela Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural Patrimônio Cultural, a publicação é destinada aos gestores municipais, ao cidadão comum, aos estudantes, aos profissionais do campo do patrimônio, aos professores e não especialistas. É um instrumento de educação patrimonial que tem por objetivo introduzir conceitos básicos, apresentar o sistema municipal de proteção, solucionar dúvidas freqüentes e, principalmente, desfazer os mitos e distâncias que os afastam da discussão sobre o patrimônio cultural. Ao difundir a informação sobre os bens culturais, como da gestão e seus instrumentos, esperamos abrir caminho para uma relação cada vez mais próxima e transparente com a sociedade.

Afinal, todos somos corresponsáveis por defender e preservar nossa herança cultural!

Marco Aurélio da Costa Benfica
Diretor - superintendente da Fundação Cultural de Varginha

IDENTIDADE E MEMÓRIA

A cidade se expõe em suas esquinas, ruas e praças, em aglomerados ou vazios urbanos, nas pessoas, bairros, prédios, revelando discretamente a sua história. E a lenta e acumulativa construção deste acervo de referências são as que compõem o patrimônio cultural de uma localidade. Este, por sua vez, dá substrato para a construção da cidadania cultural, esta que se inscreve no direito à memória histórica.

Já a preservação do patrimônio cultural é uma questão de cidadania que interessa a todos, por se constituir um direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural.

E ainda, é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam na fisionomia da cidade sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. Ela é imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população não tem compreensão da história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos nem a origem do processo que a caracterizou.

José Manoel Magalhães Ferreira
Presidente do Conselho Deliberativo
Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha

"Todo patrimônio é doação do passado e parte do presente contínuo."
Michel Parent

Rua Presidente Antônio Carlos na década de 1.930.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha.

ORIGENS HISTÓRICAS DE VARGINHA

A região onde se situa o município de Varginha foi habitada, até o final do séc. XVII, pelo grupo indígena dos Cataguás. Esta etnia – cujo nome significa "gente boa" – é descrita por historiadores e arqueólogos como um povo guerreiro e forte, de estatura mediana, conhecedor da cerâmica, nômade, que vivia em abrigos rudimentares. Catanduvas (ou Catandubas), palavra de origem tupi, foi o nome que deram a esta região, e significa "mato espinhoso e rasteiro", comum nestas terras com solo argiloso e pouco fértil.

A Coroa Portuguesa, objetivando ampliar e ocupar o território brasileiro e buscar riquezas minerais (pedras e metais preciosos), fomentava, no referido século, expedições de exploração pelo interior do Brasil – as chamadas Entradas ou Bandeiras –, o que expulsou e dissipou os habitantes originais da região. A partir daí, despontaram os primeiros povoados, para o abastecimento e descanso das tropas, lideradas, em diversos momentos, por Fernão Dias Paes Leme (1608-1681), que daria nome a uma das principais rodovias mineiras. Foi nesse contexto, enfim, que Varginha surgiu.

O primeiro registro da existência de Varginha data de 1763: é um documento episcopal que se refere à Ermida de Santo Antônio, localizada na antiga estrada que liga Três Pontas a Campanha. Em 1795 tem-se a primeira referência, num decreto diocesano, à Capela do Espírito Santo das Catanduvas. As Cartas de Sesmarias, documentos oficiais que conferiam terras nesta região aos seus proprietários, datam entre 1771 e 1798. O primeiro batizado de que temos notícia ocorreu em 1795 e foi documentado no Livro de Registro de Batizados de Lavras do Funil, uma vez que, na época, o povoado fazia parte do Distrito Paroquial de Sant'Anna de Lavras do Funil, o atual município de Lavras.

Em 1806 o povoado contava com cerca de 1.000 pessoas e, no ano seguinte, foi criado o Curado do Espírito Santo das Catandubas – título que remete ao fato de a edificação ter servido como residência de um pároco (também chamado de Cura), – situado na região central da contemporânea Varginha. O nome Varginha somente seria documentado pela primeira vez em 1816, no 3º Livro de Casa-mentos de Lavras, denominação que já vinha sendo usada popularmente, devido à geografia da região que apresenta áreas de vargem.

Em 1850 o Curato do Espírito Santo da Varginha foi elevado à categoria de paróquia, através da Lei Provincial nº 471, tendo sido anexado ao município de Três Pontas. Somente em 1881, através da Lei Provincial nº 2.785, é que seria elevado à categoria de vila e adotaria o nome de Vila do Espírito Santo da Varginha. No brasão municipal estão inscritas essas duas datas importantes no desenvolvimento da cidade, além da figura da pomba que representa o Divino Espírito Santo. Finalmente, um ano depois passou da condição de vila para cidade do Espírito Santo da Varginha e se emancipou de Três Pontas.

OUTROS FATOS HISTÓRICOS IMPORTANTES

Esquema Cronológico

Cataguás – Até fins do Séc. XVII
Povoado – 1763 a 1807
Curato – 1807 a 1850
Paróquia (Freguesia) – 1850 a 1881
Vila (Município) – 1881 a 1882
Cidade – 1882
Comarca - 1892

Chegada do primeiro trem à cidade de Varginha, 1892.
Acervo Fotográfico Nico Vidal

Durante seu desenvolvimento, Varginha pertenceu à Comarca do Rio das Mortes, um território extenso e de limites imprecisos. Pertenceu, também, por breve período, a Lavras e, posteriormente, à comarca de Três Pontas. Varginha também incorporou outros distritos: Elói Mendes, emancipado em 1911, e Carmo da Cachoeira, emancipado em 1938.

Em 1831 foi inaugurada a ponte sobre o Rio Verde, no Porto dos Farinhas, fundamental para ligar Varginha a Campanha. Neste mesmo ano foi construída a primeira Igreja do Divino Espírito Santo.

Em 1845 foi erigida a Igreja do Rosário, na Av. Rio Branco. Em 1889 a Igreja Matriz foi demolida para dar lugar a uma nova Matriz, que só ficaria pronta cerca de dezenove anos depois. Em 1892 verificou-se a inauguração da Estação de Varginha da Estrada de Ferro Muzambinho. Em 1899, teve início o calçamento das ruas de Varginha.

Em 1888, com a abolição da escravatura e a necessidade de contratação de mão de obra, chegou a primeira leva de imigrantes italianos. Além destes, imigraram também, dentre outros, portugueses, turcos, sírios, libaneses, espanhóis, que contribuíram para a formação da identidade varginhense.

Em 1902 ocorreu a inauguração da iluminação pública a gás de acetileno. Em 1913 verificou-se a fundação da Empresa Telephonica Varginhense, com mais de 300 aparelhos instalados. Em 1914 chegou a luz elétrica, que substituiu a iluminação a gás, tendo sido inaugurado, no mesmo ano, o Mercado Municipal e o Jardim Municipal (atual Praça Dom

OUTROS FATOS HISTÓRICOS IMPORTANTES

Pedro II, também chamada Jardim do Sapo), além do início das obras que viria ser o Ginásio Sagrado Coração de Jesus dos Padres Maristas.

Em 1915 foi inaugurada a primeira agência bancária da cidade, o Banco Hypotecário Agrícola, na Av. Rio Branco, seguido, em 1918, pelo Banco do Brasil, instalado na Praça Dom Pedro II. No mesmo ano ocorreu a transferência do Cemitério Municipal, que ficava na Praça da Fonte.

Em 1923 foi fundado o Ginásio e Escola Normal dos Santos Anjos, exclusivo para as moças. Em 1924 surgiu o Grupo Estadual Afonso Pena, primeira escola pública de Varginha. Em 1927 foi fundado o Asilo São Vicente de Paula e o Theatro Capitólio, marco cultural da cidade. Em 1928 foi reformada a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, com a retirada das duas torres laterais.

No início da década de 1930 foi construída uma nova edificação para a Estação Ferroviária no mesmo local da antiga sede. Em 1956 foi inaugurado o Cine Rio Branco, com capacidade para 1.460 pessoas, tendo sido considerado, na época, como uma das maiores salas de projeção do mundo, atualmente tombado como patrimônio estadual. Em 1974 foi demolida a antiga Igreja Matriz, para construção de uma nova igreja com características modernas, que foi inaugurada em 1980.

Antigo Largo da Matriz, década 1930.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

CONCEITOS IMPORTANTES

CULTURA

É tudo aquilo que resulta da criação humana. São ideias, artefatos, costumes, leis, crenças morais, conhecimentos, adquiridos a partir do convívio social que distinguem um grupo. A cultura sempre se modifica e está em constante evolução de acordo com as condições de vida do local onde moram e trabalham os homens e de seus valores materiais e espirituais.

MEMÓRIA

Lembranças, reminiscências, consciência de fato, ações ou sensações que ocorreram em outro tempo. Ela conecta o passado de um indivíduo ou uma coletividade ao presente, dando sentido à identidade e ao estar no mundo. Ela faz referência a lugares e pode sofrer deformações, seleções e esquecimentos, pois não é o acontecimento em si, mas uma representação dele.

IDENTIDADE

É o conjunto de traços culturais característicos de um determinado grupo. Esses traços são responsáveis por definir esse coletivo, diferenciando-o dos demais grupos e gerando em seus membros um sentimento de pertencimento.

SOCIEDADE

Grupo de pessoas que convivem no mesmo espaço e tempo, em colaboração mútua, adotando as mesmas normas e padrões de conduta.

GRUPO SOCIAL

Grupo de indivíduos e/ou pessoas identificável e permanente, que interagem entre si com interesses, história, objetivos, valores e/ou características comum.

BENS CULTURAIS

É tudo aquilo que testemunha ou registra as realizações que referem à vida das pessoas de uma comunidade ao longo de sua história. O maior valor de um bem cultural está na sua capacidade de guardar e preservar importantes lembranças da história. Estas lembranças nos permitem perceber e estabelecer a identidade entre pessoas e os lugares onde vivem.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio Cultural diz respeito ao conjunto de todos os saberes, expressões e manifestações culturais que remetem à história, memória e identidade de uma comunidade. Nesse sentido, acervos museológicos, documentos, edificações, monumentos, paisagens, objetos, hábitos alimentares, vestimentas, modos de vida, saberes e fazeres das comunidades, crenças, dentre outras tradições, constituem e constroem nossa identidade cultural.

PRESERVAÇÃO

É o conjunto de medidas administrativas, sociais, culturais ou legais que visam assegurar a integridade e a perenidade de um bem cultural, impedindo modificações que signifiquem a perda dos valores

CONCEITOS IMPORTANTES

nele depositados.

PATRIMÔNIO MATERIAL

O patrimônio material é aquele que possui suporte físico, materialidade, e está ancorado na cultura material de um povo. Os bens culturais de natureza material envolvem documentos, monumentos, objetos, edificações e paisagens naturais.

BENS IMÓVEIS

Bens naturais ou construídos que são fixos e impossíveis de serem transportados para outro lugar, Podem ser edifícios, núcleos históricos urbanos, conjuntos urbanos, etc. São exemplos de bens imóveis em Varginha a Câmara Municipal, o Casarão Mariana Frota, a Estação Ferroviária e o Theatro Capitólio.

BENS MÓVEIS

São artefatos culturais ou objetos significativos de diversas naturezas que podem ser transportados, como obras de arte, mobiliário, documentos imagens, etc. É exemplo de bem móvel em Varginha o Conjunto de Imagens Sacras da Antiga Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

O patrimônio imaterial relaciona-se às crenças sociais, às práticas culturais, às celebrações, aos saberes, habilidades, formas de expressar e modo de ser que servem como referência à identidade dos diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira. Em Varginha ele é classificado em cinco categorias:

LUGARES

Espaços de práticas culturais coletivas ou portadores de significado simbólicos, como mercado, feiras e praças. Em Varginha, é registrado como Patrimônio Imaterial na categoria Lugar: o Caso do ET e a Identidade Varginhense.

CELEBRAÇÕES

Rituais e festas tradicionais que marcam a vida coletiva de uma comunidade. Em Varginha, é registrada como Patrimônio Imaterial na categoria Celebrações: as Folias de Reis de Varginha.

SABERES

Conhecimentos, ofícios e modos de fazer enraizados na cultura e no cotidiano de uma comunidade. Em Varginha, é registrado como Patrimônio Imaterial na categoria Saberes: a Capoeira de Varginha – Rodas, Grupos e Mestres.

FORMAS DE EXPRESSÃO

Manifestações artísticas, literárias, musicais, etc. Em Varginha, é registrado como Patrimônio Imaterial na categoria Formas de Expressão: a Capoeira de Varginha – Rodas, Grupos e Mestres.

CONCEITOS IMPORTANTES

REPRESENTAÇÕES

São bens relacionados ao imaginário, à memória, às ideologias, às lendas, aos mitos, crenças e identidades, que possuam formas difusas e distintas de apropriação, manifestação e recriação. Em Varginha, é registrado como Patrimônio Imaterial na categoria Representações: o Caso do ET e a Identidade Varginhense.

CONSERVAÇÃO

É o cuidado contínuo com a materialidade do bem, com vistas a preservar sua significância cultural e respectiva legibilidade, adotando medidas para que o bem experimente o menor número de alterações ao longo de sua existência, garantindo sua permanência para as gerações futuras.

MANUTENÇÃO

Conjunto de ações periódicas destinadas a manter em bom funcionamento a edificação como um todo ou cada uma de suas partes constituintes, por meio de inspeções de rotina, limpeza, aplicação de novas pinturas, reparos nas instalações elétrica e hidráulica, entre outras.

RESTAURAÇÃO

Conjunto de operações e atividades destinadas a restabelecer a integridade física e estética do bem cultural, a partir do reconhecimento dos aspectos simbólicos que o valoram e a necessidade de garantir a legibilidade desses aspectos, considerando os traços da passagem do tempo.

SALVAGUARDA

É o conjunto de medidas que visam garantir a continuidade do Patrimônio Cultural Imaterial, tais como a identificação, documentação, investigação, proteção, valorização, promoção, transmissão e recriação desse patrimônio.

Folias de Reis de Varginha. Patrimônio Cultural Imaterial desde 2015
Foto: Vanessa Geraldeli

OS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

"A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva."

Alois Riegl

Capela Santo Antônio, Fazenda Mascatinho. Bem inventariado em 2019.
Foto: Danielle de Souza Guimarães

No Brasil do século XIX, a preservação do patrimônio cultural ainda não se manifestava como uma preocupação social, sendo ignorada pelas políticas públicas. As primeiras iniciativas nesse sentido datam do início do século XX.

Entre 1920 e 1930, a legislação brasileira sobre preservação patrimonial começou a ser elaborada seguindo modelos de outros países, especialmente a França e a Itália. As primeiras normas apontavam conceitos, definiam a noção de patrimônio e as possíveis categorias de bens a serem catalogados e identificados, assinalando, principalmente, as disposições mais eficazes para a proteção da visibilidade e o destaque dos monumentos. Nesse período instituiu-se o processo chamado catalogação compulsória, que mais tarde daria origem ao tombamento.

Em 1937, por iniciativa do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, foi promulgado o Decreto n º 25/37, redigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, a partir de anteprojeto de Mário de Andrade. O decreto regulamenta o mecanismo do tombamento, assim como dá início à organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A partir de sua criação, o SPHAN teve como prioridade definir as restrições decorrentes do tombamento e consolidá-las em lei. Além disso, deu início ao inventário sistemático dos bens culturais brasileiros e procurou salvaguardar

OS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

aqueles que se encontravam ameaçados de desaparecimento.

Durante mais de três décadas, o SPHAN permaneceu como único órgão de preservação no país. Como conseqüência, sua atuação regional era limitada.

Essa situação começou a mudar a partir da década de 1970, quando surgem os órgãos estaduais de preservação, como é o caso do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), criado pela Lei nº 5.775, de 1971.

A Constituição Federal de 1988 traduziu a ampliação do conceito de patrimônio cultural, representando um divisor de águas no país, ao colocar a sociedade como agente responsável na identificação de bens de valor cultural, papel até então atribuído, exclusivamente, ao Estado.

Assim, a concepção de patrimônio utilizada pelas políticas públicas de proteção passou a considerar, além das edificações e bens materiais, as realidades culturais etéreas, tais como celebrações, formas de expressão, lugares e saberes, modos de fazer, ofícios, práticas culturais coletivas, rituais e manifestações da população de cada localidade. Ou seja, a identificação e reconhecimento do patrimônio cultural se dá a partir do valor referencial dos bens culturais para a comunidade local, ficando explícito o conceito de diversidade como princípio para a identificação dos sujeitos nas ações de proteção.

Por outro lado, cabe ao poder público o reconhecimento dos valores locais como legítimos e que devem ser objeto das políticas públicas de patrimônio, sob responsabilidade da municipalidade e da sociedade, representada através dos conselhos locais de patrimônio e outras instituições atuantes no território, superando a noção de excepcionalidade para definição dos bens de interesse coletivo, incorporando e reconhecendo manifestações e práticas culturais e buscando a aproximação com os grupos sociais detentores destes saberes.

Nos municípios, a iniciativa de instituição de conselhos locais de preservação do patrimônio ocorreu ainda mais tardiamente, a partir dos anos 1990, como é o caso do Conselho de Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha (CODEPAC), criado em 1997.

OS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

"O que nós mesmos construímos, temos a liberdade de demolir, mas sobre aquilo que outros deram sua força e riqueza e vida para realizar, não expira com a morte deles; menor ainda é o nosso direito de dispor daquilo que eles legaram. Essa herança pertence a todos os seus sucessores."

John Ruskin

Fazenda dos Tachos. Patrimônio inventariado desde 2005.
Foto: Danielle de Souza Guimarães

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM VARGINHA

A gestão pública do patrimônio cultural no município de Varginha começa, oficialmente, com a promulgação da lei de proteção do patrimônio, a Lei nº 2.896, de 08 de abril de 1997 e com a criação do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha (CODEPAC), através da homologação do Decreto nº 2.142, de 09 de outubro de 1997.

Nos anos 2.000, com a utilização desses instrumentos, ocorrem os primeiros tombamentos de bens públicos como a Estação Ferroviária, Câmara Municipal, Theatro Municipal Capitólio e particulares como o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais e a Antiga Sede do Banco Brasil. Em 2.015, o registro de bens culturais foi instituído, e a primeira manifestação cultural a ser reconhecida como patrimônio da cidade foi a Folia de Reis.

Atualmente, a gestão dos bens culturais da cidade está sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Município de Varginha, no âmbito da Coordenadoria Técnica do Patrimônio e do CODEPAC.

O CODEPAC

Em 1997, foi criado o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha (CODEPAC), um órgão colegiado, com poder decisório, de composição equilibrada entre Estado e sociedade, ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas, atos protetivos (tombamentos e registros imateriais) e outras medidas correlatas à defesa e preservação do Patrimônio Cultural

local. Suas reuniões são públicas e bimestrais. Todas as deliberações das reuniões do Conselho são publicadas no Diário Oficial do Município. Qualquer cidadão pode encaminhar ao órgão demandas para a preservação do Patrimônio Cultural da cidade. Informações sobre reuniões e deliberações do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha podem ser obtidas pelo e-mail codepac@fundacaoculturaldevarginha.com.br.

O FUMPAC

Criado pela Prefeitura Municipal de Varginha desde 2009, o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUMPAC) é um fundo especial que subsidia ações destinadas à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural da cidade. O Fundo é um instrumento que integra e completa o sistema local de proteção ao patrimônio cultural, também composto pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha (CODEPAC) e pela Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural (COPAC).

Os valores recebidos a título de ICMS Patrimônio Cultural (Lei Estadual 18.030/2009) devem ser destinados ao fundo para que sua aplicação se dê, sobretudo, em benefício da conservação e promoção dos bens responsáveis pela geração dos recursos.

Em Varginha, o FUMPAC foi instituído pela Lei nº 5.101 de 14 de outubro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 9.386, de 18 de julho de 2019, que dispõem, entre outros quesitos, sobre o Plano de Aplicação, a prestação de contas e a fiscalização dos recursos.

A COORDENADORIA TÉCNICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nos anos 2.000, a Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural (COPAC) foi criada para auxiliar o trabalho do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha. Com corpo técnico multidisciplinar, a COPAC atua na produção e divulgação de informações sobre o patrimônio cultural e a história do município; na elaboração de dossiês de tombamento e de registro imaterial; na análise de projetos de restauração e de intervenções em bens protegidos; na fiscalização periódica do patrimônio protegido; na emissão de laudos de estado de conservação; e na educação para o patrimônio, entre outras ações continuadas. Informações acerca da política municipal de proteção do patrimônio cultural, diretrizes de intervenção e conservação, projetos e dúvidas em geral podem ser encaminhadas para o e-mail: patrimoniocultural@fundacaoculturaldevarginha.com.br.

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Primeira Estação Ferroviária de Varginha. Início do século XX.
Acervo: Centro de Documentação Histórica de Varginha

Os instrumentos de proteção são mecanismos legais à disposição do poder público para garantir a preservação ou a salvaguarda de bens de interesse cultural para a sociedade brasileira. Alguns estão presentes na Constituição Federal de 1988 e outros se encontram na legislação infraconstitucional.

O **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, é um instrumento de proteção Patrimônio Cultural Material e Natural mais conhecido. Trata-se de um ato administrativo por meio do qual o Poder Público declara o valor cultural e promove a proteção de bens imóveis, naturais, móveis ou integrados, possuidores de significância cultural. O objetivo deste instituto é impedir a destruição ou mutilação de um bem cultural, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Com o tombamento, são estabelecidas normas e diretrizes específicas para a proteção e preservação das características que motivam a proteção do bem cultural. Sua aplicação é avaliada e deliberada por um conselho de representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, com poderes estabelecidos pelo Poder Legislativo Municipal.

Segundo a Prefeitura de Varginha, qualquer pessoa pode solicitar o tombamento de bens culturais materiais e naturais loca-lizados na cidade. Para isso, o munícipe precisa explicar o motivo do requerimento de proteção do patrimônio e, se possível, anexar fotografias e documentos históricos que comprovem a justificativa de preservação. A solicitação é feita por correspondência e avaliada pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Varginha - CODEPAC.

Para o patrimônio arqueológico, existe um mecanismo legal de proteção chamado **cadastro**, que foi estabelecido pela Lei Federal nº 3.927 de 1.961. É uma ferramenta administrativa utilizada pelo IPHAN para mapear e organizar os bens arqueológicos registrados.

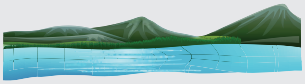
O **registro de bens culturais de natureza imaterial**, criado pelo Decreto nº 3.551 de 2000, é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca da valorização de saberes, celebrações, rituais, formas de expressão e dos espaços onde essas práticas se desenvolvem, não devendo, portanto, ser visto como um instrumento de acautelamento análogo ao tombamento. Corresponde, muito mais, a um processo de identificação, produção de conhecimento sobre o bem cultural e apoio à dinâmica dessas práticas socioculturais, favorecendo "um amplo processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais" (IPHAN, 2006).

Outro instrumento constitucional fundamental para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural é o **inventário.** Por meio desse mecanismo é possível identificar e conhecer as referências culturais de uma comunidade específica e, consequentemente, documentá-las. A importância da documentação das referências culturais pode ser verificada de diversas maneiras: enquanto preservação da memória de determinadas práticas culturais; como forma de reconhecer as mudanças ocorridas ao longo do tempo; como produção de conhecimento para as futuras gerações; divulgação da diversidade cultural; e, inclusive para a proposição de políticas públicas.

Há ainda a **desapropriação** e a **vigilância**, sendo esta exercida pela atuação dos conselhos locais de patrimônio, principalmente. Outras formas de acautelamento são os instrumentos urbanísticos (Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo urbano, Código de Posturas Municipais, Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Isenção de IPTU, etc), a Ação Civil Pública, a Ação Popular, o Termo de Ajustamento de Conduta, a chancela da paisagem cultural, a valoração do patrimônio ferroviário e a educação patrimonial.

Em Varginha, existem os instrumentos de Tombamento, Registro, Isenção de IPTU e Zonas Especiais de Interesse Cultural e Turístico, definidas pelo Plano Diretor do município que estabelecem parâmetros urbanísticos diferenciados para áreas da cidade em que se evita a descaracterização.

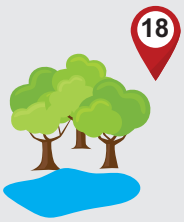
MAPA DOS BENS CULTURAIS PROTEGIDOS DE VARGINHA



A Capoeira acontece no município desde 1975 de forma contínua. Ocorre em vários bairros da cidade.

A Folia de Reis ocorre em vários bairros da cidade entre o Natal e o Dia de Reis

LINHA FÉRREA
PÇA. MATHEUS TAVARES
R. DELFIM MOREIRA
R. WENCESLAU BRAZ
R. DEP. RIBEIRO DE REZENDE
R. SÃO PAULO
R. PRES. ÁLVARO COSTA
AV. SÃO JOSÉ
R. SANTA CRUZ
AV. RUI BARBOSA
RUA PRES. ANTÔNIO CARLOS
AV. RIO BRANCO
AV. RIO BRANCO
RUA SILVA BITTENCOURT
PÇA. GETÚLIO VARGAS



1) Cadeia Pública
2) Casa da Cidade (Câmara Municipal)
3) Escola Estadual Afonso Pena
4) Palacete Villa Dona Vica (antigo Fórum)
5) Casarão Mariana Figueiredo Frota
6) Antiga sede do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais
7) Antiga sede do Banco do Brasil
8) Theatro Municipal Capitólio
9) Antiga Estação Ferroviária
10) Racionalismo Cristão
11) Hospital Regional do Sul de Minas
12) Escola Estadual Brasil
13) Conjunto Histórico, Artístico e Arquitetônico da Usina da Ilha Grande
14) Praça Dom Pedro II
15) Conjunto Paisagístico do Parque Zoobotânico Dr. Mário Frota
16) Estátua da Deusa Vênus
17) Conjunto Paisagístico do Parque Florestal São Francisco de Assis
18) Parque Novo Horizonte
19) Parque Centenário
20) Cine Rio Branco
21) Folia de Reis
22) Acervo Fotográfico Nico Vidal
23) Conjunto de Imagens Sacras da antiga Igreja Matriz de Varginha
24) Busto Dr. Arnaldo Barbosa
25) Busto Coronel Antônio Justiniano Rezende Xavier
26) Cruzeiro
27) Locomotiva Baldwin RMV 157
28) Monumento Marcelino Champagnat
29) Monumento Dr. Antônio Pinto de Oliveira
30) Túmulo "Joaquim Paraguai"
31) Retábulo da Capela da Fazenda da Figueira
32) Capoeira de Varginha - Rodas, Grupos e Mestres
33) O Caso do ET e a Identidade Varginhense
34) Lago de Furnas e Peixoto

PLANTÃO
PERÍCIA
MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL

1 - CADEIA PÚBLICA

Praça João Gonzaga, 91
Propriedade: Estadual
Homologação do Tombamento: 06/04/2000

O edifício, com características do estilo eclético, foi construído na década de 1910 pelo engenheiro Domingos Lúcio. Foi sede da Cadeia Pública e também do Fórum no primeiro quartel do século XX em Varginha. A fachada simétrica apresenta plano central recuado, com janelas em arco pleno no pavimento superior e elementos artísticos aplicados em massa; já os planos avançados, nas duas extremidades laterais, conferem dinamismo à elevação frontal e buscam a verticalidade, em referência a sólidas e robustas torres. Sua implantação em terreno com desnível acentuado fez com que, considerando a ampla base de pedra na qual foi construído, sua fachada lateral tivesse aspecto de fortificação. A edificação abriga, atualmente, a Delegacia de Polícia Civil, a Delegacia da Mulher e a Seção Técnica Regional de Criminalística.

Vista da Antiga Cadeia Pública, 1919.
Fonte: Álbum de Varginha, 1919

CÂMARA MUNICIPAL
11

2 - CASA DA CIDADE

Praça Governador Benedito Valadares, 11
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

A edificação, com características do estilo eclético, foi construída no final do século XIX por iniciativa de Major Matheus Tavares da Silva, proeminente cafeicultor local e primeiro presidente da Câmara Municipal da época. A obra atraía a atenção dos transeuntes pelo seu porte e grande número de janelas. Construído de alvenaria de tijolos, o casarão possuía também paredes internas de pau-a-pique.

Em 1905, com a morte do Major, o imóvel foi adquirido pelo empresário Roque Rotundo, que fez do térreo uma loja de tecidos, aviamentos e perfumaria que funcionou até meados de 1960. Depois, o imóvel passou a ser sede da Cooperativa dos Cafeicultores de Varginha. O velho casarão, símbolo da riqueza gerada pelo café, então sem uso e abandonado, começou a se deteriorar, culminando, em 1993, com início do desmoronamento do telhado e das paredes.

Em 1995, o poder público municipal adquire o edifício e inicia as obras de adaptação e recuperação e, em 1996, o casarão é entregue de volta à população em 7 de dezembro como o nome de Casa da Cidade. Finalmente, em 28 de abril de em 1997, passa a funcionar como sede do poder legislativo municipal, abrigando a Câmara de Vereadores.

Vista da edificação em 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

PRAÇA
MUSEU AUTÔNOMO

3 - ESCOLA ESTADUAL AFONSO PENA

Endereço: Praça Roque Rotundo, 86
Propriedade: Estadual
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Construído em estilo neoclássico tardio e inaugurado em 1924, pelo então prefeito José Augusto de Paiva, o edifício se destaca pela sua fachada requintada, onde fica evidenciada a diferenciação da arquitetura pública civil. Ainda mantém o uso original que lhe garantiu o título de primeira escola pública a ser construída na cidade.

Implantada nos limites da via pública, com planta em "u", a edificação apresenta um único pavimento sobre porão alto, característica que trazia maior salubridade às construções. O telhado em quatro águas, encoberto por platibandas, possui de barro do tipo francesa sobre estrutura de madeira.

Os detalhes ornamentais restringem-se à fachada frontal, bastante trabalhada, com 12 janelas em arco, encimadas por faixas decorativas com motivos florais geométricos. O elemento decorativo central destaca-se e coroa o ponto médio da fachada.

Vista da edificação na década de 1930.
Acervo: Acervo Paulo Greco

4 - PALACETE VILLA DONA VICA

Endereço: Rua Presidente Antônio Carlos, 258
Propriedade: Estadual e Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

O imóvel foi construído em 1913, por Antônio Rodrigues de Souza, para ser residência de Dona Vica Frota. O edifício, de partido retangular, possui características do período eclético, evidenciadas pela entrada monumental com escadaria em balaustrada, pela platibanda, pelo agenciamento e também pela ornamentação dos planos de fachada, com amplas janelas em arco pleno. Sua importância se dá, também, por ter sido a primeira construção no município possuir instalações sanitárias no seu interior, o que confere uma solução sofisticada para aquela época.

O edifício manteve o uso residencial até 1924, funcionou como Prefeitura até 1937 e, finalmente, como Fórum até 1998. Também foi sede do Juizado Especial Civil e Criminal até 2022. Atualmente, abriga a Divisão de Corregedoria e o Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT da Prefeitura de Varginha. Embora bastante alterado em seus vãos e divisórias internas, além da perda de sua cúpula, ainda mantém seu aspecto imponente e requintado.

Vista da edificação em 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

MUSEU MUNICIPAL
DE
SIRINHAÉM

5 - CASARÃO MARIANA FROTA

Endereço: Praça Governador Valadares, 141
Propriedade: Particular
Homologação de Tombamento: 04/06/2001

Construído por iniciativa do Cel. João Urbano de Figueiredo, o Casarão Mariana Frota foi um dos primeiros imóveis do então Largo da Matriz. Mariana, que deu nome ao casarão, era filha de João Urbano, que foi casado com a prima Inocência Constância dos Reis Figueiredo.

O edifício, com características do período eclético, é uma casa térrea, situada no alinhamento da calçada, tendo em toda a sua extensão porão com alturas diferentes. Datado do último quartel do século XIX, o Casarão Mariana Frota é um tipo de edificação classificada pelo arquiteto Carlos Lemos como construção de "alvenaria burguesa", ou seja, exemplar da residência da elite produtora de café da cidade. A edificação em forma de "F", possui um jardim no centro, composto de canteiros com desenhos inspirados nos jardins europeus.

Atualmente, o casarão abriga o Museu Municipal, a Biblioteca Pública, a Pinacoteca e um espaço para eventos literários.

Vista da edificação em 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

156

6 - ANTIGA SEDE DO BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS

Endereço: Praça Matheus Tavares, 156
Propriedade: Particular
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Em função do desenvolvimento comercial de Varginha, nas décadas de 1920 e 1930 novas edificações foram construídas no entorno da Estação Ferroviária. O imóvel, construído na década de 1930 em estilo eclético, possui predominância de elementos neoclássicos: fachada simétrica, janelas em arco pleno, cimalhas e platibandas geométricas coroando o edifício, pilastras simplificadas e capitéis jônicos.

O andar térreo abrigou, a partir de 1934 e até o final dos anos 1950, o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais que, juntamente com o Banco do Brasil, instalado no prédio ao lado, muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade. O edifício também foi a sede do Jornal do Sul de Minas entre os anos 1980 e 2010. Até hoje é conservado seu esmerado piso de ladrilho hidráulico, numa bela composição com o restante do piso em peroba. O imóvel ainda continua servindo como residência no andar superior.

Vista da edificação em 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

7 - ANTIGA SEDE DO BANCO DO BRASIL

Endereço: Praça Matheus Tavares, 178
Propriedade: Particular
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

O edifício foi construído em 1920 para ser sede do Banco do Brasil, justamente no centro comercial da cidade na época. Com dois pavimentos, é uma sólida construção de alvenaria de tijolos maciços característica do estilo eclético, que apresenta traços da arquitetura neoclássica, com destaque para seu amplo salão térreo, sustentado na parte central por duas imponentes colunas com capitéis coríntios. O banco ocupou o andar térreo e o andar superior serviu como residência até a década de 1960. Após a mudança do banco, o local foi utilizado apenas como residência até abril do ano 2000, com a instalação do Museu Municipal de Varginha, que permaneceu no imóvel até setembro de 2013. Atualmente, a edificação abriga em seu pavimento térreo uma academia.

Vista da edificação em 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

THEATRO CAPITOLIO

8 - THEATRO MUNICIPAL CAPITÓLIO

Endereço: Rua Presidente Antônio Carlos, 522
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

O Theatro Capitólio foi idealizado pelos irmãos Navarra imigrantes italianos, que se estabeleceram em Varginha em 1905. A edificação, inaugurada em 12 de outubro de 1927, foi projetada pelo engenheiro Frisoti Agostini e construída pelos irmãos Antônio e Celestino Pires. Os elementos decorativos do teatro são atribuídos ao arquiteto Alexandre Vallati, também imigrante italiano radicado no município.

O edifício, de partido retangular, possui características do período eclético, evidenciadas pela fachada monumental com profusão de elementos, tendo na ornamentação o destaque para os arcos, os frisos, as colunas, o uso do ferro nas esquadrias, assim como a platibanda elaborada com cimalha, equilibrada e simétrica.

Em 1983, foi adquirido pela Prefeitura Municipal, que o submeteu a amplas obras de reforma e revitalização. Em 2008, passou por novas obras, tendo sido reaberto em maio de 2011. Em 2016, os camarins do teatro foram reformados. Entre os anos de 2021 e 2022, a edificação foi completamente restaurada.

Vista da edificação, década de 1940.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

AREA AZUL
E
E
VEÍCULO OFICIAL

9 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Endereço: Praça Matheus Tavares, 121
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

A Estação Ferroviária, com características proto-modernas, foi construída pelos engenheiros Armindo Paione e Braz Paione no início da década de 1930. O edifício foi inaugurado em 25 de junho de 1934. É considerada a primeira edificação de Varginha a utilizar o concreto armado, liberando a alvenaria de suas funções estruturais, o que possibilitou vencer vãos maiores e a criação da extensa marquise em balanço na sua parte posterior, que corresponde à plataforma de embarque. Além disso, possui corpo central em evidência, onde quatro torres se elevam em um nível superior, rompendo a horizontalidade da edificação e marcando a paisagem.

Na década de 1970, a estação foi desativada. Em 2002, o imóvel foi adquirido pela Prefeitura Municipal, que o submeteu a amplas obras de reforma e revitalização nos anos de 2009 e 2015. Atualmente, a antiga Estação Ferroviária abriga a sede da Fundação Cultural de Varginha, o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural – CODEPAC e o Conselho Municipal de Incentivo à Cultura – COMIC, a Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências – AVLAC, além do Projeto 5ª da Boa Música, que em 2023, completou 14 anos de existência.

Vista da edificação, 1934.
Fonte: Varginha Moderna, 1934

RACIONALISMO
CRISTÃO

10 - RACIONALISMO CRISTÃO

Endereço: Rua Santa Cruz, 848
Propriedade: Particular
Homologação do Tombamento: 20/10/2000 | 18/11/2004

O imóvel sede do Racionalismo Cristão foi fundado em 23 de maio de 1920 para uso filosófico-religioso, sinônimo do espírito progressista da cidade na época. A edificação em estilo neoclássico, possui adro com quatro colunas dóricas, frontão triangular, cornijas ornamentadas em frisos, afastamento frontal com jardim e corredores laterais. As alvenarias externas são feitas de acordo com a técnica construtiva tradicional de adobe e argamassa de barro. Além da sua importância histórica, soma-se o fato de estar localizado em uma das primeiras e mais importantes vias de comunicação da cidade, que ainda conserva exemplares significativos do século passado. Nos anos de 1990 o edifício foi reformado.

Vista da edificação, 1920.
Fonte: Álbum de Varginha

HOSPITAL REGIONAL
PAPEL
METAL

11 - HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS

Endereço: Av. Rui Barbosa, 158
Propriedade: Estadual
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Após o surto da Gripe Espanhola na cidade em 1918, a construção do Hospital Regional do Sul de Minas teve início, no ano 1919, quando foi realizada uma campanha para obtenção de fundos pela população para aquisição e construção do prédio. Após quatro anos de obras, em 1923, foi inaugurada a Casa de Caridade de Varginha, funcionando somente para atendimentos particulares. Em 21 de agosto de 1928, o hospital foi doado ao Estado e no ano de 1932 foi instituído o Hospital Regional do Sul de Minas.

Com a evolução da cidade, a necessidade de uma maternidade era visível, então, em 31 de março de 1953, foi inaugurada a Maternidade do Hospital Regional do Sul de Minas e no ano de 1962 foi ampliada por espontânea iniciativa do Lions Clube de Varginha. O hospital ainda mantém suas características predominantemente neoclássicas, com fachada marcada por três frontões triangulares, decorados em alto-relevo, sendo o frontão principal, elevado ao pavimento superior, sustentado por dois pares de colunas, por pavimento. Foi implantado de forma que fosse gerado um amplo recuo frontal, que por sua vez conta com fileira de palmeiras imperiais marcando a paisagem. Sua horizontalidade é destacada pelas cimalhas e faixas decorativas, além da equilibrada distribuição de suas janelas encimadas por sobrevergas decoradas.

Hospital Regional do Sul de Minas, 1930.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

12 - ESCOLA ESTADUAL BRASIL

Endereço: Rua Rezende Xavier, 230
Propriedade: Estadual
Homologação de Tombamento: 01/03/2000

O Grupo Brasil, construído em 1933, foi a segunda escola pública a ser instalada na cidade. A edificação apresenta características do estilo Eclético com influência do Neocolonial, pela implantação, simetria de fachada e programa arquitetônico, assim como pela utilização de materiais e soluções considerados sofisticados para a época, como a utilização de porão alto e amplo recuo frontal ajardinado, além da predominância da horizontalidade.

A fachada principal apresenta dinamismo na relação volumétrica, com entrada principal centralizada e em destaque. O volume da varanda é encimado por frontão, em alvenaria, adornado com elementos em massa em alusão à técnica enxaimel, ou ainda em referência aos antigos "bungalows", seguindo padrões geométricos. Sua implantação em terreno de esquina, de partido arquitetônico em "U" possibilitou com que um grande pátio interno fosse criado, com circulação avarandada, comum às tipologias escolares do período.

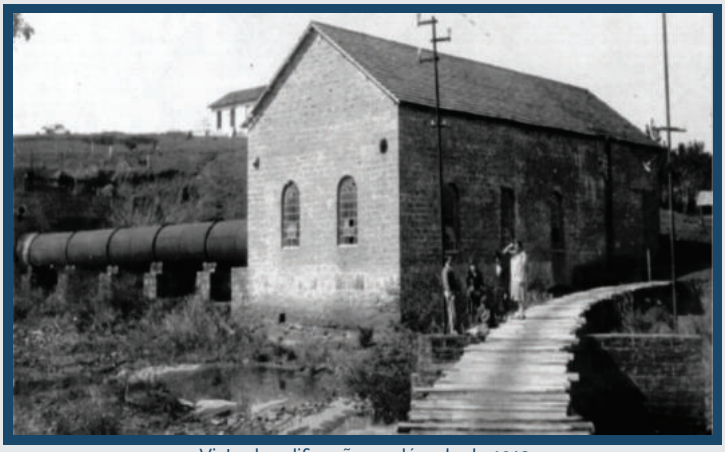
Vista da edificação na década de 1940.
Acervo: Paulo Greco

13 - CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA USINA DA ILHA GRANDE

Endereço: BR-491, KM 14 – Bairro Penêdo
Propriedade: Particular
Homologação do Tombamento da Casa de Pedra: 31/10/2007
Homologação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico:18/07/2013

A construção denominada à época Usina do Braço Seco ou Usina da Ilha Grande, de propriedade da Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi, data de 1912. Em 12 de abril de 1914, foi inaugurada a luz elétrica gerada por esta usina pelo então Presidente da República Dr. Wenceslau Braz e pelo Governador do Estado de Minas Gerais Dr. Delfim Moreira. Por volta de 1917 passou a se chamar Companhia Sul-Mineira de Eletricidade.

A Casa de Pedra composta de salão principal, sala menor, sanitário e mezanino, foi construída em estilo inglês, em alvenaria de pedra granítica de mão, assentada com argamassa de saibro. O conjunto arquitetônico é formado, para além da Casa de Pedra, de uma barragem de pedras e entorno com suas comportas, um canal de adução, câmaras de carga e uma barragem de equilíbrio. Este conjunto foi abrigado com a formação de uma ilha artificial que está totalmente integrada ao meio ambiente natural, formando um conjunto de peculiar beleza paisagística.



Vista da edificação na década de 1913
Acervo: Sílvio Bottrel Guimarães

14 - PRAÇA DOM PEDRO II

Antiga Praça do Pretório/Jardim Municipal/Jardim do Sapo
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Importante ponto de encontro de várias gerações, sobretudo quando a Igreja Matriz ainda estava voltada para o antigo núcleo urbano, a Praça Dom Pedro II foi um dos primeiros recantos de lazer da cidade. Por volta de 1910, com a intensa religiosidade da cidade, a praça era utilizada como celebração de um dos passos da Via Sacra. Foi na administração do prefeito Major Evaristo Soares que Varginha começou a ganhar ares mais modernos.

Em 1915, a praça foi então totalmente remodelada, com a inauguração de um belo jardim com coreto, além da retirada do pretório e a colocação de grades em toda a sua volta. Havia também um pequeno lago, com presença de um grande número de sapos, dando origem ao codinome, carinhosamente utilizado até hoje (Jardim do Sapo).

O Conjunto Paisagístico da Praça se destaca não só pela sua importância histórica, pois remonta aos primeiros assentamentos na cidade, símbolo de progresso e de ordenação urbana, como também pelas suas características estéticas e morfológicas. O espaço se mostra, de forma geral, como um ambiente de relevante unidade formal, seja pelo traçado bastante característico formado pelos canteiros, seja pela densa vegetação, que cria um microclima no tecido urbano e contribui para o conforto térmico do local. A Praça passou por obras de reforma no final da década 1970, no início dos anos 2000 e no ano de 2017.

Jardim Municipal, década de 1910.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

ZOOBOTANICO
DOMARIO FROTA

15 - PARQUE ZOBOTÂNICO DR. MÁRIO FROTA

Endereço: Rua Petrópolis, s/n°- Jardim Petrópolis
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Criado em 1963, por iniciativa do médico Dr. Mário Frota, o parque possui aproximadamente 5 hectares de área distribuídos em passeios internos, áreas de vegetação adensada, jardins, recintos de animais, lagos, anfiteatro e outras construções de suporte e apoio às atividades do Parque Zoobotânico. Em 1966 com a construção dos primeiros recintos, deu-se a inauguração e, em 1967, a área foi declarada de utilidade pública.

Foi originalmente conhecido como Parque Zoobotânico Bravo da Câmara, em menção ao aviador varginhense que, junto com o Dr. Mário, participara de várias missões na Amazônia. O parque mudou de nome em 1981, após a morte do sábio médico, que era preocupado com as questões ambientais.

Além da densa vegetação que ocupa boa parte do terreno íngreme todo delimitado por passeios e caminhos sinuosos, o conjunto paisagístico conta também com lagos de formatos orgânicos que são contemplativos e para o uso dos animais. A grande área do parque se mostra como importante equipamento público aglutinador das atividades de lazer e contemplação para os habitantes, além de criar um microclima no tecido urbano, contribuindo para o conforto térmico do local.

Dr. Mário Frota e ursa doada para o zoológico, 1968.
Acervo: Maurício Nogueira Frota

Biblioteca
de V

16 - ESTÁTUA DA DEUSA VÊNUS

Endereço: Praça Governador Benedito Valadares, 141
Homologação do Tombamento: 01/12/2004 | 16/11/2021

À medida que Varginha evoluía, fazia-se necessário embelezar a Avenida Rio Branco, o "coração da cidade". Na avenida onde se localizava a praça principal, desde a década de 1920 existia um lago com a estátua de Vênus – A Deusa do Amor, de Eros, seu filho e de um cisne, um dos símbolos da Deusa.

A estátua, executada provavelmente no primeiro quartel do século XX, com características neoclássicas, foi moldada em cimento, cal e areia, com estrutura armada de ferro, impermeabilizada e pintada, possuindo 1,85m de altura até a extremidade da mão direita, que se eleva acima da cabeça.

A Estátua da Deusa Vênus está instalada, atualmente, na entrada do Casarão Mariana Figueiredo Frota (sede do Museu Municipal e da Biblioteca Pública), que foi um dos primeiros imóveis do então Largo da Matriz. Dentre as intervenções em que há registro documentado, destacam-se a realizada em 1996, pelo restaurador Michele Vanzetti e o processo de restauração conduzido por Valéria Maria Neno de Souza, no ano de 2019.

Avenida Rio Branco, década de 1950
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

PARQUE FLORESTAL
SÃO FRANCISCO

17 - PARQUE FLORESTAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Endereço: Av. Ruth de Carvalho – Bairro São Francisco
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/ 2000

Em 1976, uma grande área municipal de mata natural de 60 hectares, situada no Bairro São Francisco, foi declarada, por lei municipal, Parque Florestal Municipal. Em 1982, a área foi ampliada para 110 hectares e denominada Parque Florestal São Francisco de Assis, santo protetor da fauna e da flora.

O conjunto paisagístico se destaca por ser uma extensa área verde presente no limite do tecido urbano da cidade, representando um dos maiores patrimônios ambientais do Município, pois abriga um remanescente importante de mata Atlântica. Sem dúvida, outra riqueza do parque são as inúmeras minas, que formam diversos ribeirões, e ajudam no abastecimento de água da cidade. O Parque se mostra como importante equipamento público local, incentivador da pesquisa, da educação ambiental e símbolo de riqueza natural.

Vista geral do Parque São Francisco nos anos 2.000.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

Proibida a venda e
o consumo de bebida
PARQUE NOVO HORIZONTE
TRANSFORMANDO EM LOCAL APRAZIVEL
E DE LAZER, O QUE ANTES ERA UM MAL
DO HOMEM.
DILZON MELO

18 - PARQUE NOVO HORIZONTE

Endereço: Praça do Lago, s/n°- Bairro Novo Horizonte
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Criado em 1987, o parque foi resultante da visão ecológica do fundador do Parque Zoobotânico, Dr. Mário Frota, que, ao construir o loteamento do bairro Novo Horizonte, procurou manter como área de preservação permanente aquele grotão, a nascente e sua mata envoltória. Com sensibilidade, o arquiteto Aristides Martins executou um projeto de um parque para aproveitamento dessa área, tirando partido de suas belezas naturais.

O lago é circundado por caminhos que contam com mobiliário permanente, como bancos de concreto e lixeiras. Sua estrutura conta, ainda, com trilhas que percorrem todo o perímetro de densa mata, além de equipamentos públicos para atividade física e outros. A mata do conjunto paisagístico nativa foi enriquecida com algumas espécies exóticas e abriga um grande número de aves e pequenos animais silvestres.

O Parque Novo Horizonte, com uma área verde de quase 3 hectares, se mostra como importante equipamento público aglutinador das atividades de lazer e contemplação para os habitantes, além de criar um microclima no tecido urbano, contribuindo para o conforto térmico do local.

Vista geral do Parque Novo Horizonte nos anos 2.000.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

19 - PARQUE CENTENÁRIO

Endereço: Av. Oswaldo Valadão Rezende s/n°- Bairro Centenário
Propriedade: Municipal.
Homologação do Tombamento: 01/03/2000

Ocupando uma área de 175.600 m² (17,5 hectares), o Parque Centenário foi criado em 1992. A área já era propriedade do poder público e há tempos a população local vinha solicitando sua transformação em parque urbano. Mais uma vez comprova-se o acerto da prefeitura em aproveitar uma área de preservação permanente, remanescente de loteamentos, como área livre em prol da coletividade. A área conta com uma pequena mata natural e abriga três nascentes, que alimentam o seu grande lago central e as duchas para crianças. Outros equipamentos urbanos como bancos, sanitários e mesinhas – além de caminhos e trilhas – transformaram essa área em outro belo parque urbano.

Vista geral do Parque Centenário nos anos 2.000.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

Cine
RIO BRANCO

20 - CINE RIO BRANCO

Endereço: Avenida Rio Branco, 250
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 15/09/2000

Com tipologia arquitetônica modernista o edifício do Cine Rio Branco, projetado por José Braga Jordão, foi construído entre os anos 1954 e 1956, sob a responsabilidade dos engenheiros Maurício Ferreira de Barros e Mildo Rugani. Os dois níveis do edifício, apresenta em seu primeiro andar o foyer, onde se encontravam a bilheteria, chapelaria, bomboniere e a plateia que contava com 1000 lugares e tela de projeção de 162 metros; o segundo pavimento possui um mezanino, varanda externa, balcão com 400 poltronas, cabine de projeção e escritórios.

O tombamento estadual do edifício do foi aprovado em 1999 e homologado em 2000 com inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, no Livro do Tombo Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Em abril de 2022, o Cine Rio Branco foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Varginha por meio de ação de desapropriação por utilidade pública.

Vista geral do Cine Rio Branco, segunda metade do´seculo XX.
Acervo: Marcelo Nascimento

21 - FOLIAS DE REIS DE VARGINHA

Homologação do Registro: 21/07/2015

Também denominadas ternos, reisados ou companhias, as folias são manifestações culturais-religiosas cujos grupos se estruturam a partir de sua devoção aos santos como: Reis Magos, Menino Jesus, Divino Espírito Santo, São Sebastião, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, entre outros.

A manifestação cultural acontece no município desde meados da década de 1930, de forma contínua. Os festejos já foram celebrados em frente à antiga Cadeia Pública e, depois, no antigo Largo da Matriz, até finalmente chegarem à Concha Acústica, local onde acontecem até o presente.

A Folia de Reis é a festa mais tradicional na cidade, dentre as manifestações da cultura popular local. Seguem os mesmos ritos, datas e preceitos que deram origem ao folguedo. Porém, cada grupo se apresenta de modo peculiar pelas ruas da cidade, diferenciando-se através das vestimentas, de instrumentos musicais não usuais, cantos e versos próprios e, até mesmo, a condução do giro feita por cada mestre. Um grande encontro de companhias é realizado após o dia seis de janeiro, com uma missa na Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e apresentações na Concha Acústica que reúnem milhares de pessoas.

Cia. de Reis Imaculada Mãe dos Anjos em 1985.
Acervo: Vitor Lúcio da Silva

Largo do Pretório, 1911. Atual Praça Dom Pedro II.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

22 - ACERVO FOTOGRÁFICO NICO VIDAL

Endereço: Praça Matheus Tavares, 121 - Centro
Acervo a que pertence: Centro de Documentação e Memória de Varginha
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

Nico Vidal, nascido em 1911, foi tipógrafo no Jornal Arauto do Sul, contador, escritor e vereador. Antônio Vidal de Carvalho era conhecido como o "homem que carregava a história". Sempre disposto a receber as pessoas e contar inúmeras curiosidades sobre Varginha, foi acumulando, ao longo de seus 89 anos, centenas de fotos, documentos, livros e jornais que retratam e descrevem períodos importantes da história de Varginha.

Em 2017, o expressivo acervo foi doado pelos filhos de Nico Vidal ao Museu Municipal de Varginha para que fosse preservado e ficasse ao alcance de todos.

As fotografias mostram cenas diversas da cidade de Varginha e seus moradores: famílias, visitas ilustres, edifícios, teatros, cinemas, igrejas, bares, construções de residências diversas, ruas, avenidas, praças, carros, ônibus, trens, carnavais e diversos outros registros importantes e que auxilia a contar e recontar a história da cidade.

Antigo Largo da Matriz, 1899.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

23 - CONJUNTO DE IMAGENS SACRAS DA ANTIGA IGREJA MATRIZ DE VARGINHA

Propriedade: Eclesiástica e Privada
Homologação do Tombamento: 12/11/2019

As imagens devocionais de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e Santa Joana D'Arc fizeram parte do acervo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Varginha até 1974. Acredita-se que as peças, esculpidas em madeira e recobertas com camada de gesso policromada, tenham sido executadas no início do século XX, com características influenciadas pelo neoclassicismo.

Já as imagens de Nossa Senhora das Dores, Nosso Senhor dos Passos e Nosso Senhor Morto ainda continuam sob a guarda da Paróquia do Divino e integram o ritual da Semana Santa. Essas esculturas de roca, de origem ibérica, datam, provavelmente, da segunda metade do século XIX. No Brasil, há indicativos de que as imagens de roca se desenvolveram a partir das Ordens Terceiras de São Francisco. Em nosso país, as imagens de roca tiveram mais vulto no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX, neste último devido às procissões. Os acessórios de indumentária em santos das imagens de vestir são característicos do período neoclássico. Já as vestes, provavelmente, confeccionadas no século XX, ao gosto popular.

Há quase dois séculos, desde a sua primeira construção em 1831, a Igreja Matriz é um agregador dos principais acontecimentos: político, social e religioso. O conjunto dessas imagens sacras é um dos mais antigos da Igreja Matriz, que restou no município após a derrubada da igreja por volta de 1974.

24 - BUSTO DR. ARNALDO BARBOSA

Endereço: Praça Roque Rotundo
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

O Dr. Arnaldo Barbosa, nascido em Coqueiral em 14 de janeiro de 1891, formou-se em Odontologia e Medicina. Foi um médico exemplar, que não mediu esforços para salvar pessoas. Marcou indelevelmente a cidade através de seus atos solidários e fazendo da medicina uma prática do amor ao próximo.

Como poeta, escreveu entre 1912 a 1957 diversos livretos como "Azul Celeste", "Fio D'água", "Maria do Carmo" "Vale de Lágrimas" e "Lar doce Lar". Fundou a Casa Regional "Dr. Arnaldo Barbosa", que tinha por finalidade a hospitalização e amparo às crianças pobres, dos centros rurais e o cuidado pediátrico das mães sem condições financeiras, além do recolhimento e cuidado de crianças órfãs.

Em 1958, um ano depois de sua morte, os munícipes, em reconhecimento à grande personalidade do médico, erigiram um busto de bronze na Praça Roque Rotundo, que fora encomendado para a Fundição Santa Inês. A escultura ficou a cargo do artista Elias Dusco e o pedestal em mármore para a Marmoraria de José de Oliveira Marques. José Braga Jordão foi o responsável pelo projeto do pedestal e pelas obras da praça por volta de 1974.

25 - BUSTO CORONEL ANTÔNIO JUSTINIANO REZENDE XAVIER

Endereço: Praça Governador Benedito Valadares
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

O Coronel Antônio Justiniano de Resende Xavier, nascido em 05 de abril de 1856 na fazenda do Lageado, tornou-se um símbolo de luta em períodos conturbados na cidade, ajudando com sua experiência farmacêutica centenas de pessoas, quando da epidemia da varíola nos anos 1890 e na epidemia da gripe espanhola em 1918. Entre os anos 1907 e 1908 foi responsável pelo abastecimento de água potável, impedindo que a população varginhense se contaminasse por doenças.

Auxiliou no crescimento da cidade em diversas fases como político e cidadão. Faleceu no dia 22 de agosto de 1927, aos 71 anos. Em 1928, em reconhecimento à grande personalidade do farmacêutico, foi erguido um busto de bronze, que foi executado pelo escultor brasileiro Joaquim Rodrigues Moreira Júnior, na Praça Governador Benedito Valadares.

26 - CRUZEIRO

Endereço: Praça Getúlio Vargas
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

O monumento foi inaugurado no dia 01 maio de 1950 pelo prefeito Mathias Moinhos de Vilhena e pelo vigário Padre Bernardo Claraval. A iniciativa de erigir o monumento partiu do Irmão Marista Mário Esdras, mais conhecido como Mestrinho, a fim de se comemorar o primeiro centenário da Paróquia de Varginha (1850-1950).

Em 1982, a antiga rodoviária que estava na Praça Getúlio Vargas foi transferida. O local foi remodelado e a base do monumento sofreu alterações significativas. Nessa reforma, a base escalonada foi substituída por uma piramidal única.

O Cruzeiro, por ser o mais antigo exemplar, continua sendo um marco histórico significativo no universo religioso, sendo reverenciado em datas importantes do calendário cristão acolhendo celebrações, rituais e manifestações culturais de cunho religioso.

27 - LOCOMOTIVA RMV 157

Endereço: Rua Petrópolis, s/n°- Jardim Petrópolis - Parque Zoobotânico
Propriedade: Municipal
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

A locomotiva, adquirida originalmente pela Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM, possuía o número 04. Posteriormente, quando a Oeste de Minas foi fundida com Rede Sul Mineira – RSM para formar a Rede Mineira de Viação – RMV na década de 1930, mudou sua antiga numeração para RMV 157. De pequeno porte, capaz de puxar de três a quatro vagões, ela é uma máquina Baldwin modelo 4-4-0, tipo American, Classe 08 -18C, fabricada na Philadelphia, em 06/08/1894. Essas locomotivas de bitola de 1,00m eram as mais velozes e menos potentes da companhia, portanto eram usadas nas composições de passageiros, fazendo a maioria dos expressos entre as cidades.

Quando a Viação Férrea Centro Oeste assumiu o controle de todo o material da RMV, haviam pouquíssimas dessas máquinas ainda sobreviventes. Das quase 60 locomotivas desse tipo em operação na velha RMV, a Locomotiva RMV 157 é a única American ainda preservada, que acabou encerrando suas atividades em 1962. Em 1971, por meio de um termo de cooperação com o Instituto Estadual de Floresta, a Rede Ferroviária doa a "Maria Fumaça" para município de Varginha.

28 - MONUMENTO MARCELINO CHAMPAGNAT

Endereço: Praça Champagnat
Homologação do Tombamento: 12/06/2018

São Marcelino Champagnat, fundador do Instituto dos Irmãos Maristas, nasceu em 1789 na França, e faleceu em 1840, aos 51 anos de idade. No dia 29 de maio de 1955, foi beatificado pelo Papa Leão XIII. Quase meio século depois, no dia 18 de abril de 1999, foi canonizado pelo Papa João Paulo II.

Em função da beatificação de Champagnat, no ano de 1955, alunos internos do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Varginha e familiares, juntamente com o apoio dos Irmãos Maristas Lino Teódulo e Mário Esdras erigiram o monumento, em uma praça lindeira ao colégio, em homenagem ao fundador da Congregação Marista.

A estátua, instalada em 4 de dezembro do mesmo ano, foi fundida em cimento e com acabamento na pintura cor bronze. O monumento, que representa o padre como mestre e mais três meninos descalços, é provavelmente uma das várias réplicas do escultor alemão Alfred Hubert Adloff.

29 - MONUMENTO DR. ANTÔNIO PINTO DE OLIVEIRA

Endereço: Praça da Avenida Rio Branco
Homologação do Tombamento: 06/04/2004

Dr. Antônio Pinto de Oliveira foi promotor de Justiça da Comarca de Varginha entre os anos 1887 e 1892. Ingressou na política, foi eleito e reeleito como Agente do Executivo Municipal (prefeito) em 1898-1905, tendo realizado o calçamento de ruas, a arborização de praças, a iluminação de gás acetileno, entre outras inúmeras obras de utilidade pública.

Faleceu em 23 de junho de 1928. O povo que o venerava pelas excelentes qualidades de espírito e de coração, por sugestão do Monsenhor Leônidas João Ferreira, em 1930, ergueu uma estátua em bronze na Av. Rio Branco, que foi idealizada pelos artistas da Casa de Arte Decorativas de São Paulo.

Vista geral do monumento, década de 1950.
Acervo: Centro de Documentação e Memória de Varginha

30 - TÚMULO JOAQUIM PARAGUAI

Endereço: Rua Rosinha Amâncio, 22 | Cemitério Municipal
Homologação do Tombamento: 01/12/ 2004

Em 24 de novembro de 1864, Francisco Solano López rompia relações com o Brasil, apresava o navio brasileiro "Marquês de Olinda" e invadia o Mato Grosso. Foi o estopim do evento que hoje chamamos de Guerra do Paraguai.

Joaquim Francisco Pereira, natural de Aiuruoca, apresentou-se como voluntário para lutar em 1865 (daí a alcunha de "Joaquim Paraguai"). Participou de toda a campanha e foi amigo pessoal de Floriano Peixoto. Foi ferido na Batalha de Itororó e no combate de Lomas Valentinas.

Findo o conflito, foi para Varginha, onde viveu até a sua morte, que ocorreu em abril de 1932. O túmulo de Joaquim, no entanto, foi feito anos depois, por volta de 1935, por meio de uma campanha de arrecadação para a construção do jazigo.

O bem cultural, construído em tijolo e revestido em mármore branco, se mostra com simplicidade estética e de ornamentação, não havendo significativos elementos artísticos integrados. Entretanto, o jazigo possui duas seções de colunas e pilaretes que lhe conferem sobriedade e elegância. O corpo do bravo brasileiro está enterrado em cova rasa.

31 - RETÁBULO DA CAPELA DA FAZENDA FIGUEIRA

Propriedade: Particular
Homologação do Tombamento: 10/11/2020

O bem cultural mescla uma produção estética afeita ao barroco e rococó, dois estilos que tiveram no estado de Minas Gerais uma expressão bastante definida e notória. Este retábulo demonstra materialmente a transição destes estilos, guardando expressões de cada um deles. O retábulo integra o acervo da Fazenda da Figueira que, por sua vez, está inserida no contexto de surgimento das grandes fazendas no território que hoje constitui o município de Varginha.

O local onde a sede da Fazenda e seu retábulo foram edificados integrava a sesmaria de Francisco Xavier da Cruz, cuja concessão foi dada no final do século XVIII. A Fazenda da Figueira, construída no início do século XIX, foi propriedade do afamado Major Matheus Tavares, considerado grande bem feitor de Varginha e um dos entusiastas da estrada de ferro e instalação da Estação de Varginha.

Vista geral do retábulo
Acervo: Fundação Cultural de Varginha

Vista da Fazenda da Figueira
Acervo: Fundação Cultural de Varginha

32 - CAPOEIRA DE VARGINHA

Homologação do Registro: 15/12/2022

A Capoeira é uma manifestação cultural que contribui para a manutenção da cultura afro-brasileira e congrega os mais distintos grupos sociais, sem discriminação ou distinção. A manifestação acontece no município desde 1975, de forma contínua. Atualmente, seis grupos estão atuantes no município, congregando mais de uma centena de alunos que praticam a Capoeira de forma constante.

No dia 23 de novembro de 2022, o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha - CODEPAC tornou pública a aprovação do Processo de Registro do Bem Imaterial "Capoeira de Varginha – Rodas, Grupos e Mestres" como Patrimônio Cultural de Varginha. O Registro foi homologado no dia 15 de dezembro de 2022, sendo então determinada a inscrição nos Livros dos Saberes e das Formas de Expressão. .

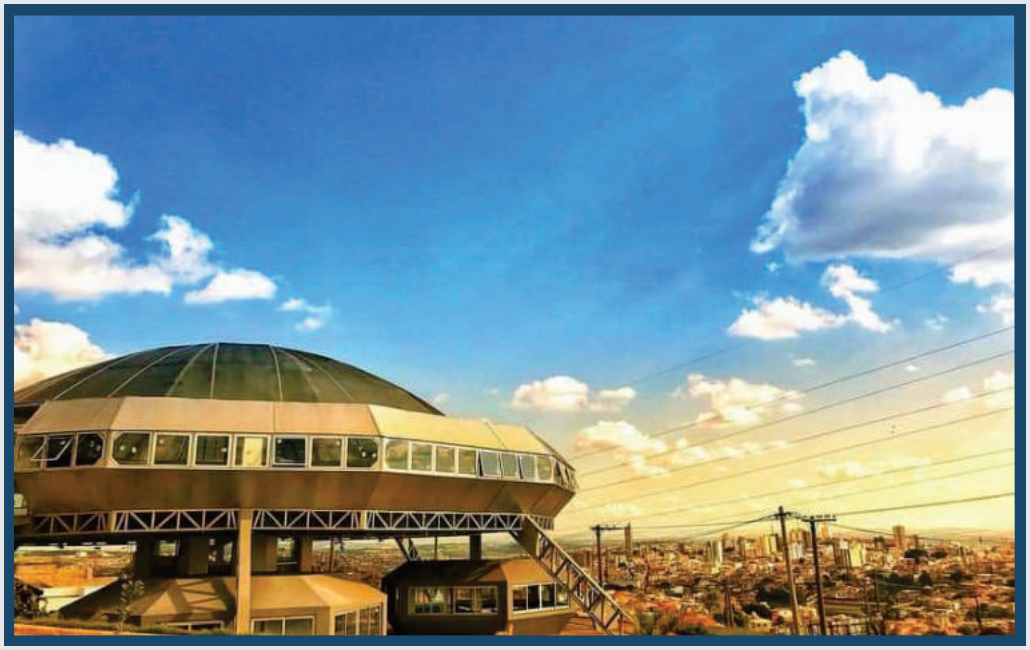
Capoeiristas no Varginha Tênis Clube (VTC), 1976.
Acervo: Márcio Morvan Oliveira

33 - O CASO DO ET E A IDENTIDADE VARGINHENSE

Homologação do Registro: 05/06/2023

O Caso do ET de Varginha vem se perpetuando na memória coletiva local, nacional e internacional desde 1996, e é transmitido e recriado, constantemente e cotidianamente, por meio da imprensa, de filmes e outros registros audiovisuais, de livros, de artesanato, de charges, de desenhos, de jogos, da educação patrimonial, de esculturas, entre outros aspectos. Além disso, o bem se materializou na arquitetura e no mobiliário alusivos ao Caso Varginha na região central do município.

No dia 18 de maio de 2023, o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha - CODEPAC tornou pública a aprovação do Processo de Registro do Bem Imaterial "O Caso do E.T. e a Identidade Varginhense" como Patrimônio Cultural de Varginha. O Registro foi homologado no dia 05 de junho de 2023, sendo então determinada a inscrição nos Livros dos Lugares e das Representações.



Vista parcial do Memorial do ET
Foto: Edgard Chagas

34 - LAGO DE FURNAS E PEIXOTO

Tombamento: Emenda à Constituição nº 106, de 4/12/2020; Constituição Estadual de 1989 - ADCT art. 84-A

Em dezembro de 2020, a Assembleia Legislativa de Minas, por meio de emenda constitucional, acrescentou ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o tombamento dos dois Lagos para fins de conservação.

O lago de Furnas é a maior extensão de água do estado, com 1.440 km^2 - quatro vezes a Baía de Guanabara. Ele banha 39 municípios, formando lagos, cachoeiras, balneários e piscinas naturais. Para que atividades como navegação, turismo, piscicultura e produção agrícola possam ser desenvolvidas sem prejuízos pelos municípios, é necessário que se mantenha o nível do lago com o mínimo de 762 metros de profundidade.

Vista do Lago de Furnas
Fonte: Portal Amirt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos.** RJ: DP & A,2006.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira [org]. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento.** Brasília: IPHAN, 2017.

ANDRADE, Noêmia Rosana de. **Manual de gestão pública do patrimônio cultural de Contagem.** Contagem: Prefeitura Municipal, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal,1988.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Sonia Rabelo. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CURY, Isabelle [org]. **Cartas patrimoniais**. Coleção Edições do Patrimônio. IPHAN: Brasília, 2004.

FONSECA, Márcia Cecília Londres Fonseca. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC, SPHAN, 1997.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2012.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN 2018.

LEFORT, José do Patrocínio. **Varginha: Monografia histórico-geografica e estilístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950**. São Paulo: Gráfica São José, 1950.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual 18.030 de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 dez. 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. ARAÚJO, Guilherme Maciel. ASKAR, Jorge Abdo [org.]. **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Decreto Municipal n° 2.142 de 09 de outubro de 1997**. Cria o conselho deliberativo municipal do patrimônio cultural de varginha e dá outras providências. Varginha, 1997.

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Decreto Municipal n° 8.818 de 12 de junho de 2018.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural de Varginha e dá outras providências. Varginha, 2018.

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Decreto Municipal n° 9.386 de 18 julho de 2019**. Regulamenta a Lei Municipal nº 5.101 de 14 de outubro de 2009, a qual institui Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - FUMPAC. Varginha, 2019.

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Lei Complementar nº 09, de 10 de setembro de 2020**. Faz a revisão do plano diretor participativo de Varginha, revoga a Lei nº 4.530/2006, e dá outras providências. Varginha, 2020.

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Lei Municipal n° 2.896 de 08 de abril de 1997**. Estabelece a proteção do patrimônio cultural de varginha, atendendo ao disposto no artigo 216 da constituição federal, autoriza o poder executivo a instituir o conselho deliberativo municipal do patrimônio cultural de varginha e dá outras providências. Varginha, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Lei Municipal n° 5.101 de 14 outubro de 2009**. Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Varginha - MG – FUMPAC. Varginha, 2009.

Paiva, Carlos Magno de Souza. Souza, Andre Henrique Macieira [org]. **Manual para quem vive em casas tombadas**. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2018.

SALES, José Roberto. **Breve História de Varginha (MG): 1763-1922**.Varginha: Editora Correio do Sul, 2007.

SALES, José Roberto. **Capelas e igrejas católicas de Varginha (MG): 1763-1913**. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2009.

SALES, José Roberto. **Espírito santo da Varginha (MG): 1763-1920**. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SITES CONSULTADOS:

Portal Iphan: http://portal.iphan.gov.br

Portal Unesco: http://www.unesco.org

Portal Iphea: http:// www.iepha.mg.gov.br

Companhia de Reis Nossa Senhora do Rosário. Patrimônio Imaterial registrado desde 2015.
Foto: Vanessa Geraldeli

PREFEITURA DE VARGINHA
ORGULHO DA NOSSA TERRA E DA NOSSA GENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE VARGINHA
Ars in Totum